

**Morte de policiais: números
que retratam caminhos muito mal
elaborados de nossa sociedade**

Anuário
Brasileiro
**de Segurança
Pública**
2022



FÓRUM BRASILEIRO DE
SEGURANÇA PÚBLICA

EXPEDIENTE

Conselho de Administração

Marlene Inês Spaniol – *Presidente*

Conselheiros

Elizabeth Leeds – *Presidente de Honra*

Cássio Thyone A. de Rosa

Cristiane do Socorro Loureiro Lima

Daniel Ricardo de Castro Cerqueira

Denice Santiago

Edson Marcos Leal Soares Ramos

Elisandro Lotin de Souza

Isabel Figueiredo

Jésus Trindade Barreto Jr.

Marlene Inês Spaniol

Paula Ferreira Poncioni

Thandara Santos

Conselho Fiscal

Lívio José Lima e Rocha

Marcio Júlio da Silva Mattos

Patrícia Nogueira Proglhof

EQUIPE FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Diretor Presidente

Renato Sérgio de Lima

Diretora Executiva

Samira Bueno

Coordenação de Projetos

David Marques

Coordenação Institucional

Juliana Martins

Supervisão do Núcleo de Dados

Isabela Sobral

Equipe Técnica

Betina Warmling Barros

Dennis Pacheco

Amanda Lagreca Cardoso

Beatriz Teixeira (estagiária)

Iara Sennes (estagiária)

Thaís Carvalho (estagiária)

Pesquisadora Associada

Sofia Reinach

Consultoras

Marina Bohnenberger

Talita Nascimento

Supervisão Administrativa e Financeira

Débora Lopes

Equipe Administrativa

Elaine Rosa

Sueli Bueno

Antônia de Araujo

FICHA TÉCNICA

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2022

COORDENAÇÃO

Samira Bueno
Renato Sérgio de Lima

ANÁLISES E TEXTOS

Aiala Colares Couto
Alan Fernandes
Amanda Lagreca
Betina Warmling Barros
Cleber Lopes
Daniel Cardoso
David Marques
Dennis Pacheco
Doriam Borges
Felipe Athayde Lins de Melo
Iara Sennes
Ignácio Cano
Isabel Figueiredo
Isabela Sobral
Ivan Marques
Jean Peres
Jeferson Furlan Nazário
Juliana Martins
Luciana Temer
Luciana Zaffalon
Luís Geraldo Santana Lanfredi
Marina Bohnenberger
Natália Albuquerque Dino

Paulo Januzzi
Renata Gil de Alcantara Videira
Renato Sérgio de Lima
Riccardo Cappi
Roberta Astolfi
Samira Bueno
Sofia Reinach
Susana Durão
Talita Nascimento
Thaís Carvalho
Ursula Peres
Vanessa de Jesus

CONSULTORIA ESTATÍSTICA E DE DADOS

Gabriel Tonelli
Fernando Corrêa

PARCERIAS

FENAVIST - Federação Nacional das Empresas de
Segurança e Transporte de Valores
Fundação José Luiz Egydio Setúbal
Instituto Galo da Manhã
Instituto República
Instituto Betty e Jacob Lafer

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

Analítica Comunicação Corporativa
analitica@analitica.inf.br
(11) 2579-5520

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Oficina 22 Estúdio Design Gráfico e Digital
contato@oficina22.com.br

Nota legal

Os textos e opiniões expressos no Anuário Brasileiro de Segurança Pública são de responsabilidade institucional e/ou, quando assinados, de seus respectivos autores. Os conteúdos e o teor das análises publicadas não necessariamente refletem a opinião de todos os colaboradores envolvidos na produção do Anuário, bem como dos integrantes dos Conselhos Diretivos da instituição.

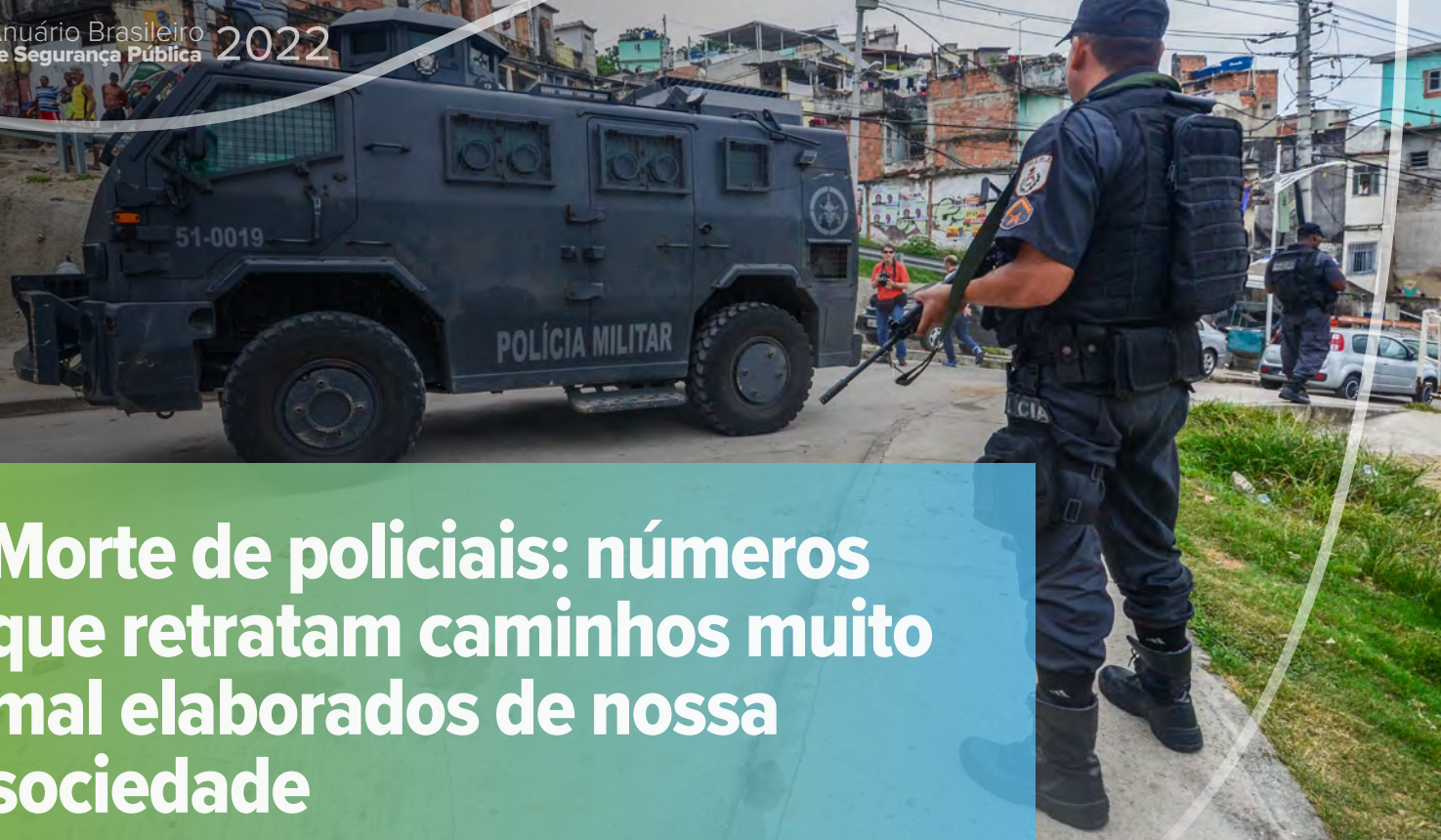
Licença Creative Commons

É permitido copiar, distribuir, exibir e executar a obra, e criar obras derivadas sob as seguintes condições: dar crédito ao autor original, da forma especificada pelo autor ou licenciante; não utilizar essa obra com finalidades comerciais; para alteração, transformação ou criação de outra obra com base nessa, a distribuição desta nova obra deverá estar sob uma licença idêntica a essa.

Patrocínios e apoios

Edição 2022 do Anuário Brasileiro de Segurança Pública

Fundação Ford
Open Society Foundations – OSF
Fundação José Luiz Egydio Setúbal
Instituto Galo da Manhã
Instituto República
Instituto Betty e Jacob Lafer
FENAVIST - Federação Nacional das
Empresas de Segurança e
Transporte de Valores



Morte de policiais: números que retratam caminhos muito mal elaborados de nossa sociedade

Receita para fazer um herói

*Tome-se um homem,
Feito de nada, como nós,
E em tamanho natural.
Embeba-se-lhe a carne,
Lentamente,
Duma certeza aguda, irracional,
Intensa como o ódio ou como a fome.
Depois, perto do fim,
Agite-se um pendão
E toque-se um clarim.
Serve-se morto.
(Reinaldo Ferreira, poeta)*

Alan Fernandes
Coronel da Reserva
da PM/SP, Doutor em
Administração Pública e
Governo pela EAESP/FGV.

INTRODUÇÃO

A violência contra policiais tem tanto uma dimensão “objetiva”, como as mortes e lesões, que serão comentadas aqui, como “subjéctiva”, como preconceito, ameaça, assédio moral e sexual. Profissionais de segurança são vítimas de ameaças (75,6% em serviço e 53,1% fora de serviço), são vítimas de assédio moral ou humilhação no ambiente de trabalho (63,5%) e foram discriminados por serem profissionais de segurança pública (65,7% e 73,8% entre policiais militares), segundo o FBSP (Bueno et al, 2015).

Os colegas do A.C.S. me procuraram. “- É bom o senhor dá uma olhada. Ele não está bem e faz tempo”.

Na última vez que faltou ao serviço, seus companheiros de serviço foram à casa onde A.C.S. morava. Empoeirada, nela se via as marcas do fim do relacionamento.

A.C.S. era um rapaz de seus vinte e cinco anos. Na nossa conversa, revelou que deixou a casa da mãe, mais distante do serviço, alugou um fundo de quintal e passou a morar com sua paixão, desde há muitos anos. Suas faltas e atrasos eram em razão dos remédios que estava tomando, que os fazia perder o horário.

Disse a ele que as pessoas estavam preocupadas. “-É, de fato, da última vez que eles foram, falei em me matar.”

“- Posso te encaminhar ao psicólogo? São pessoas que têm todo o jeito para essas coisas, te asseguro. Posso também te conceder uma licença-prêmio, antecipar suas férias... Ou ambas as coisas, o que me diz?”

“-Se o senhor fizer isso, vai ser pior. Eu amo estar aqui. Amo isso aqui. Se o senhor em tirar, me afastar, tudo só vai piorar. Deixa eu quieto. Tudo vai melhorar”.

Após um ano, A.C.S. se matou com sua arma.

Os dados de 2021 apresentam algumas permanências em relação aos dados de 2020, mas também algumas inflexões que ganham relevância em razão de suas disparidades. Para nossa análise, algumas delas foram cotejadas com os dados do Anuário que remontam ao ano de 2018, com o propósito de compreender se os fenômenos observados se constituem um quadro mais sedimentado dos cenários nacionais e estaduais. Tratemos inicialmente dos dados de morte em serviço de policiais por confronto ou lesão corporal. Os dados se referem a policiais militares e civis.

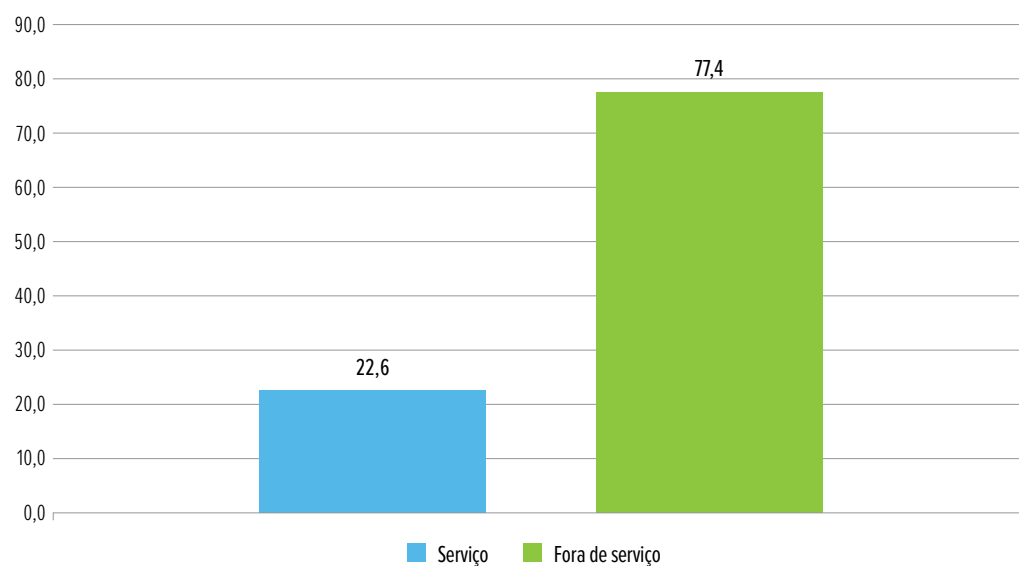
**São as mortes ocorridas
fora do turno de serviço
as que ocorrem em maior
número.**

MORTES VIOLENTAS

Antes ainda, importa dizer que, segundo os levantamentos ofertados para o ano de 2021 pelos governos estaduais, são as mortes ocorridas fora do turno de serviço as que ocorrem em maior número. Todavia, como já dito anteriormente, optamos por analisar apenas aquelas que ocorreram durante o serviço.

GRÁFICO 14

Vitimização de Policiais Civis e Militares, frequência em serviço e fora
Brasil, 2021



Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Monitor da Violência; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

2021 nos apresenta um cenário de estabilidade desse indicador, com menos 8 casos de mortes nessa categoria, o que representa uma queda pouco expressiva de 4,0%. Há que se comemorar a variação negativa anual, ainda mais por representar uma alteração do último ano desse indicador, que mostrou alta de 19,6 na comparação de 2020 e 2021. Por seu turno, as dinâmicas que geram mortes aos policiais parecem terem se alterado, pois, apesar da queda do número de vítimas, se observado os números relativos apenas às mortes que decorreram de lesões corporais, verifica-se um aumento tanto entre policiais civis e militares. As causas dessas mortes não são claras. Apenas em termos de hipótese, acreditamos que mortes decorram de acidentes de trânsito, uma das principais causas de morte de policiais em serviço (Fernandes, 2016), embora a equipe do FBSP solicite especificamente os casos de policiais vítimas de homicídio doloso, latrocínio e lesão corporal seguida de morte, o que se explicaria pelo fato de que a menor quantidade de veículos nas ruas favoreceriam que os motoristas policiais ficassem expostos a maiores riscos por poderem imprimir maior velocidade às viaturas.

Apesar de um quadro nacional de queda dos números, houve aumentos significativos de mortes em alguns Estados. São os casos de Rio Grande do Norte (cinco casos em 2020 contra onze casos em 2021, todos por lesões corporais), Rio Grande do Sul (que registrou seis casos contra nenhum em 2020), Bahia, em relação aos policiais militares (um caso em 2020 contra cinco casos em 2021) e Rio de Janeiro (aumento de 45,5%, com 64 casos registrados em 2021 ante 44 em 2020). Sobre estes Estados – Bahia e Rio de Janeiro – dedicaremos uma leitura mais atenta adiante. Apesar da baixíssima relevância estatística, verifica-se aumentos importantes em Santa Catarina, Paraíba e Rio Grande do Norte, com números superiores a 100%.

Por outro lado, houve redução das mortes de policiais em alguns Estados, reproduzindo o quadro nacional. São os casos de Minas Gerais, que em 2020, apresentou cinco casos, enquanto em 2021 não houve quaisquer registros, e Rondônia, com uma queda de 60% (cinco casos em 2020 ante dois casos em 2021), apenas para enfatizar alguns Estados de maior representatividade estatística, ainda que outras unidades também tenha exibido resultados positivos, como Goiás, Paraná, Sergipe, Mato Grosso do Sul, Acre e Roraima. Em razão de

o universo estatístico ser mais amplo que as demais unidades federativas, pela significativa queda e pela atualidade da discussão, importa discutir o caso de São Paulo.

Uma das mudanças introduzidas pela PMESP foi a implantação de câmeras corporais, que teria reduzido as mortes decorrentes da intervenção policial.

Na comparação entre 2020 e 2021, São Paulo apresentou uma redução de 49%, opondo-se à estabilidade de 60 casos entre 2017 e 2018 e de alta de 44,1% entre 2019 e 2020. Em 2021, foram registrados 25 policiais mortos em serviço por confrontos e lesões corporais, números que se mantiveram estáveis na Polícia Civil (com a redução de um caso na variável lesão cor-

poral), mas que foram significativamente reduzidos em relação à Polícia Militar (20 mortos por confronto ou lesão corporal em 2020 ante 11 em 2021). Significa dizer que a queda desses números se deu em razão de dinâmicas mais próprias à Polícia Militar estadual. Uma das mudanças introduzidas pela PMESP foi a implantação de câmeras corporais, que teria reduzido as mortes decorrentes da intervenção policial (Lima *et al.*, 2022). Em termos de hipótese, acreditamos que isso também tenha repercutido em menores níveis de mortes sofridas pelos policiais militares. Isso por duas razões: a primeira delas é que, em razão das câmeras, policiais militares em campo buscam estratégias para se evitar o confronto armado, o que os coloca mais atentos a protocolos institucionais que privilegiam o uso gradual da força, o que reduz tanto a letalidade de suas ações, como os coloca em menores níveis de risco. A outra razão é que as câmeras corporais teriam, segundo conversas com oficiais envolvidos, a capacidade de mitigar ações violentas por parte dos agressores não-policiais.

O Rio de Janeiro merece destaque à parte em razão de que a alta de 45,5% na comparação entre 2020 e 2021 repete a tendência de 2019-2020, que igualmente apresentou uma alta, na dimensão de 7,3% (IPEA/FBSP, 2021). Nesses dois anos, foram 108 policiais fluminenses mortos em serviço. Estimando-se que as mortes em serviço representam um terço das mor-

tes violentas sofridas por policiais, cujas circunstâncias se dão em sua maior parte fora do turno de serviço, pode-se pensar que são mais de 300 policiais do Rio de Janeiro mortos nos últimos dois anos. Por saber como a morte de um policial repercute nas instituições da qual faz parte, podemos afirmar que qualquer racionalidade que se queira imprimir a uma política de segurança pública cai por terra pela por uma variável que afasta de plano uma lógica civilizatória: o medo de morrer. Não sem razão, uma das evidências desse estado de coisas é que o mesmo Rio de Janeiro traz um acumulado de suicídio de policiais de 83,36% - foram seis casos registrados em 2019, nove registros em 2020 e quinze em 2021 – números que serão muito maiores em razão da subnotificação de casos de suicídio pelas corporações policiais, encontradas pela literatura em todo o mundo. Não se pode deixar de pensar esses números contrapostos às graves ocorrências de Jacarezinho e na Vila Cruzeiro. Não se trata apenas de questões de protocolos e sentidos de política de segurança pública no Rio de Janeiro, mas, também, de questões mais mundanas, humanas, aflitivas. Não há espaço para racionalidades quando as pessoas estão em uma espiral de violência – umas contra as outras e contra si mesmas.

Não há espaço para racionalidades quando as pessoas estão em uma espiral de violência – umas contra as outras e contra si mesmas.

Esse quadro parece, em certa medida, retratar outro Estado brasileiro. A Bahia que, não obstante não ter apresentado variação para os suicídios nos últimos dois anos, apresentou aumento acumulado de 152% nos últimos quatro anos, conforme se verifica a partir das edições desse Anuário a partir de 2019, com 22 casos desde então. Somados aos 25 policiais mortos em serviço por confrontos e lesões corporais nos anos de 2020 e 2021, o que performa um aumento de 18,2% (dentre os quais a elevação de cinco casos dentre policiais militares), pode explicar níveis mais elevados de violência policial. Em 2021, um caso ganhou relevância no noticiário: o policial militar Wesley Soares Goes foi morto a tiros por colegas da Corporação. Diz-se que a vítima, fardada e armada com um fuzil, teve um surto psicótico. Fato é que ameaçou pessoas, dentre os quais os próprios policiais que o alvejaram. Em análise comparativa aos números que trouxemos acima, o caso é simbólico para trazer à tona um ciclo de violências colocadas em curso, dos quais mortes sofridas e auto impingidas, excessos policiais e altas taxas de crimes são variáveis que se retroalimentam.

SUICÍDIOS

Se, quanto às mortes por causas externas, os dados de 2021 apresentam um cenário nacional favorável, o mesmo não se pode dizer quanto aos suicídios, que apresentou um aumento de 55,4%, com 121 vítimas. Esses dados referem-se somente aos policiais da ativa.

É preciso dizer que esse aumento no comparativo com 2020 se dá em grande medida à entrada de dados de novos Estados no cômputo nacional, dentre o principal São Paulo, que tem maior representatividade estatística com 23,7% dos casos nacionais, e que não apresentou

dados para 2020. Ocorre que, mesmo desagregando os dados desse Estado, o Brasil apresentou um aumento de 18,5% das taxas de suicídios de policiais da ativa. Louve-se que, de 2018 para cá, 11 novos Estados passaram a apresentar os números de suicídio de suas forças policiais; na atual edição, apenas Ceará e Rio Grande do Norte deixaram de informar tais dados. Não há dados para outras corporações brasileiras (federalis ou municipais).

Os dados trazidos nesta edição do Anuário trazem destaque para um aumento expressivo dos casos no Maranhão, com um aumento de 200%, Rio Grande do Sul, com um aumento de 133%, além dos dados já trazidos sobre Rio de Janeiro e Bahia. Malgrado os avanços percentuais do Distrito Federal e Pernambuco em 2021 serem inferiores em relação a outros Estados, é importante dizer que, olhando uma série histórica dos últimos três anos, tais Estados se destacam no cenário nacional. Com base nas edições anteriores deste Anuário, o Distrito Federal acumula, desde 2019, alta de 83,33% (nove policiais mortos) e Pernambuco uma elevação de 133,33% (14 policiais mortos).

Apresentam queda de suicídios no comparativo 2020-2021, os Estados da Paraíba (dois casos ante nenhum em 2021) e Paraná (11 casos ante seis em 2021), com uma queda de 45,5%. Com menores números absolutos, mas também com um cenário de queda, são encontrados os Estados de Alagoas, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Rondônia, Roraima e Tocantins.

Os estudos sobre a relação entre suicídios e a pandemia apontam para uma baixa correlação.

Diante desse panorama nacional de alta, procuramos algumas de suas causas. Em termos mais conjunturais, procuramos compreender os impactos da pandemia, cujo relação com o universo policial já foi tema de análise pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (Fernandes e Lima, 2021; Lotta *et al.*, 2020). Apesar das mudanças ocorridas no universo policial, que introduziria novos patamares de estresse ao policiais, esse um dos vetores ao suicídio (Miranda e Guimarães, 2016), e ao elevado números de colegas mortos em decorrência da COVID-19, os estudos sobre a relação entre suicídios e a pandemia apontam para uma baixa correlação (Brasil. Ministério da Saúde., 2021; Santos Filho *et al.*, 2022).

O panorama errático dos números mais recentes apresentados não permite uma análise mais conclusiva, pois, nos últimos três anos as taxas nacionais de suicídio dentre policiais variaram de -15,6% a + 43,2%. Atribui-se muito disso à crescente acuidade das instituições policiais em relação a isso, cuja atenção permitirá um acúmulo metodológico na coleta dos dados. Ganham importância assim os trabalhos que se dão nas terapias, de cunho mais individual e menos epidemiológicos. Todavia, um espectro mais sociológico pode nos auxiliar a compreender o universo policial. Acreditamos que conecta, inclusive, os fenômenos do suicídio e das mortes por causa externa.

Durkheim, em *O Suicídio*, recorre ao exemplo dos militares para categorizar o suicídio altruísta, no qual o suicida comete o ato por acreditar que não consegue dar conta dos papéis

sociais que lhe são exigidos pela sociedade. No seu ato extremo, interromperia a pressão social que sofre, elevando-se à concepção de uma morte como reforço dos padrões sociais. Podemos dizer que, em sua concepção, deixa de ser uma vergonha para o conjunto social, para ser um(a) mártir.

A.C.S, policial do triste relato que trouxemos no início do texto, matou-se também por isso. Mas, conhecendo-o, tanto faria que a morte lhe ocorresse por suas mãos ou em uma ocorrência policial: ela consumaria o mito do herói.

Com isso, pretendemos dizer que arbítrio policial e vitimização por causas externas ou autoimpostas tem um fundo comum: uma pressão interna às corporações, mas também externa a elas, que lhes dizem ser “a última trincheira do bem”, o “esteio moral da sociedade”, “o cumprimento do dever com o sacrifício da própria vida”. Mensagens messiânicas que invocam o papel dos policiais na luta contra o “mal”, lançam-os em ações arriscadas, em que o saldo de vidas perdidas, de quaisquer lados do cano de um fuzil, é resultado aceitável. Não deve ser!

CONCLUSÕES

Os números apresentados por essa edição do Anuário, no que se refere à vitimização policial, permite dizer que há um longo caminho a ser percorrido. Acreditamos, todavia, que mostra um acúmulo positivo, em que pese meu profundíssimo respeito a todas as vidas cujos números aqui trazidos não são sombras as incontáveis perdas. Além do louvado acréscimo de apresentação de dados sobre os suicídios, permitindo-se maior clareza quanto a esse fenômeno, os dados apontam para uma menor vitimização policial, ainda que se faça importantíssimo trazer os dados sobre os eventos ocorridos fora do turno de serviço.

Alguns Estados requerem especial atenção pelo acúmulo de mortes policiais, como o Rio de Janeiro e a Bahia, cujas trajetórias recentes apontam para patamares de violência elevados, no interior das agências policiais, como externamente a elas.

Por seu turno, medidas em curso têm a potencialidade de reduzir mortes de policiais, como adesão a protocolos de uso moderado da força, alavancado, por exemplo, pelas câmeras corporais, assim como maiores atenções de saúde pública em relação à saúde mental. Além disso, muitas lideranças policiais têm investido no treinamento policial, para atuação na folga, com o intuito de reduzir as mortes ocorridas fora de serviço.

É preciso ir além. Políticas, estratégias, táticas e culturas organizacionais que não se centrem na importância da vida, quaisquer que sejam, são e continuarão a ser o cenário trágico para acumularmos perdas de nossos policiais.

Medidas em curso têm a potencialidade de reduzir mortes de policiais, como adesão a protocolos de uso moderado da força, alavancado, por exemplo, pelas câmeras corporais, assim como maiores atenções de saúde pública em relação à saúde mental.

BIBLIOGRAFIA

- BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Boletim Epidemiológico - Mortalidade por suicídio e notificações de lesões autoprovocadas no Brasil. v. 52, p. 1–10, 2021.
- FERNANDES, A. Vitimização policial: análise das mortes violentas sofridas por integrantes da Polícia Militar do Estado de São Paulo (2013-2014). **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 10, n. 2, p. 192–219, 2016.
- FERNANDES, A.; LIMA, R. S. Informação e ciência como melhores aliadas dos profissionais da segurança pública para o combate à COVID-19. *In*: **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: IPEA/FBSP, 2021. p. 300–303.
- IPEA/FBSP. Anuário Brasileiro de Segurança Pública Sumário. **Fórum Brasileiro de Segurança Pública**, 2021.
- LIMA, R. S. *et al.* Câmeras na farda reduzem a letalidade policial? **Desafios da Gestão Pública**, v. 21, n. 2, p. 13–21, 2022.
- LOTTA, G. *et al.* **A pandemia de Covid-19 e os policiais brasileiros**. São Paulo: Fundação Getulio Vargas/Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020. Disponível em: <<http://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/05/policias-covid-19-v3.pdf>>.
- MIRANDA, D.; GUIMARÃES, T. O Suicídio Policial: O que sabemos? **Dilemas**, v. 9, n. 1, p. 13–34, 2016.
- SANTOS FILHO, A. *et al.* **Covid-19: suicídio em tempos de pandemia**. Goiânia, GO: Secretaria Estadual de Saúde, 2022. Disponível em: <[https://www.saude.go.gov.br/files//conecta-sus/produtos-tecnicos/l-2022/Suicídio em tempos de pandemia.pdf](https://www.saude.go.gov.br/files//conecta-sus/produtos-tecnicos/l-2022/Suicídio%20em%20tempos%20de%20pandemia.pdf)>.

**Morte de policiais: números
que retratam caminhos muito mal
elaborados de nossa sociedade**

Anuário
Brasileiro
**de Segurança
Pública**
2022



FÓRUM BRASILEIRO DE
SEGURANÇA PÚBLICA